



Justiça empossa diretoria do Sindicato dos Vigilantes do Espírito Santo



Diretoria eleita em novembro passado foi empossada pela juíza que acompanhou o processo eleitoral

Eleita em novembro passado com 77,74% dos votos válidos, a nova diretoria do Sindicato dos Vigilantes do Espírito Santo foi empossada nesta segunda-feira (6) pela juíza que conduziu o processo eleitoral. Ela publicou um despacho dando a posse e decretando o fim da intervenção. A eleição representou uma grande vitória para os vigilantes do Estado, pois tirou a entidade das mãos de uma gestão feita por interventor há mais de três anos e sem conseguir defender de forma intransigente os interesses dos trabalhadores.

O secretário Geral da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Cláudio José, representou a entidade durante todo o processo e acompanhou de perto o empenho do grupo Vigilantes na Luta para

garantir que a categoria pudesse escolher os representantes que estariam à frente do Sindicato.

“A CNTV e a CUT-ES apoiaram a luta dos companheiros Serafim, Wellington e Ideer e o sonho de ter um sindicato realmente combativo e que de fato representa os interesses dos trabalhadores, não dos patrões”, afirmou.

A Confederação Nacional dos Vigilantes parabeniza a categoria por essa grande vitória e deseja à diretoria coragem e compromisso para encaminhar a luta dos trabalhadores. A CNTV sempre esteve e continuará à disposição para auxiliar em tudo o que se fizer necessário para garantir cada vez mais conquistas.

Histórico de luta

Há pouco mais de um ano o grupo Vigilantes na Luta estava acampado em frente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Espírito Santo pedindo o fim da intervenção e a realização imediata de eleição para a diretoria do Sindicato dos Vigilantes. Foram dias em frente ao TRT, reuniões e mais reuniões, negociações e finalmente a categoria conseguiu ir às urnas e confirmar seu desejo por uma diretoria séria à frente do Sindicato.

Fonte: CNTV

STJ nega registro de vigilante a homem com antecedentes criminais



Por considerar que o histórico criminal de um homem é incompatível com o exercício da atividade de vigilante, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou pedido de homologação de curso de reciclagem de vigilante a um candidato com diversas condenações criminais.

De acordo com o processo, o homem possui condenação sem trânsito em julgado e foi indiciado em cinco inquéritos policiais, dentre os quais, crime contra o patrimônio, roubo com emprego de arma e lesão corporal.

O relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, reconheceu que há no STJ o entendimento consolidado de que impedir a participação ou registro em curso de vigilante, por conta dos antecedentes criminais, viola a presunção de inocência. Porém, segundo ele, o entendimento não poderia ser aplicado ao

caso.

Para o colegiado, por se tratar de profissão que pode expor a sociedade a risco, deve haver a ponderação do princípio da presunção de inocência frente ao princípio da razoabilidade, com o objetivo de resguardar a paz pública e a segurança das pessoas.

“Não se evidencia ilegalidade na recusa da homologação do curso de reciclagem, tendo em vista a incompatibilidade do autor para o exercício da profissão de vigilante, que exige o porte de arma de fogo, sendo essencial o atendimento do requisito de idoneidade para o exercício da atividade profissional”, concluiu o relator. Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.

Fonte: Conjur

Fotos mostram cofre de empresa após explosões durante mega-assalto à Prosegur em 2016

Grupo conseguiu fugir com R\$ 51,2 milhões. Dois suspeitos seguem foragidos. Imagens registram estrutura de alvenaria e equipamentos destruídos.



Fotografia 45 - Danos estruturais no interior do prédio

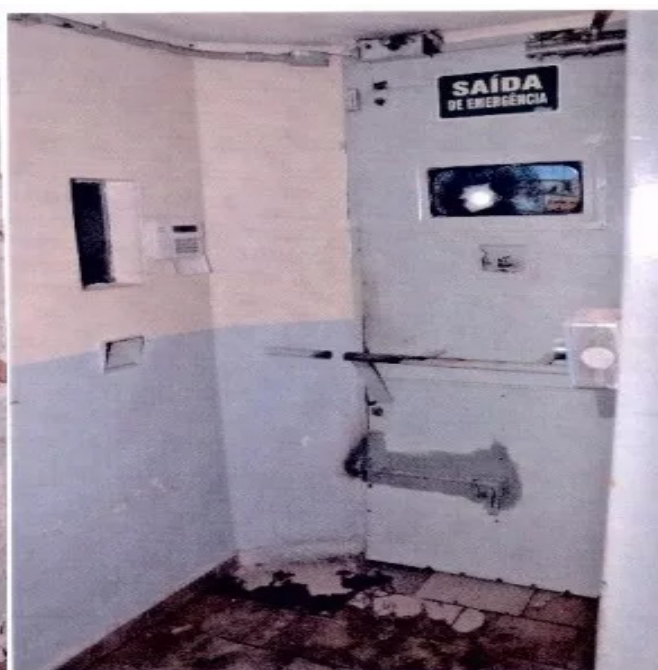


Foto 47 - Porta de acesso entre o cofre e a via pública; com dano por disparo de arma de fogo

Fotos mostram estrutura interna totalmente destruída em empresa de Ribeirão (Foto: Reprodução / EPTV)

Fotos divulgadas mostram como ficou o interior da Prosegur, empresa de transporte de valores de Ribeirão Preto (SP), após ter sido assaltada por uma quadrilha em julho de 2016. Nas imagens, é possível ver várias estruturas e equipamentos danificados por explosões ocorridas durante a ação dos criminosos, que durou cerca de uma hora.

Em uma das fotos, é possível ver que a porta de acesso que fica entre o cofre e a via pública foi danificada por disparos de armas de fogo. Já o próprio cofre do imóvel foi acessado após danos produzidos pela ação de explosivos. Antes de fugir, a quadrilha ainda deixou várias notas para trás e que ficaram no chão do interior do

cofre.

O grupo conseguiu fugir levando R\$ 51,2 milhões. Até o momento, seis suspeitos do crime foram presos e outros dois continuam foragidos. A Polícia Civil também recuperou R\$ 194 mil que haviam sido roubados, além de duas metralhadoras ponto 50 e 20 fuzis usados na ação, que deixou a empresa destruída.

“Olhando essas fotos verifica-se que o edifício é um prédio convencional composto por uma estrutura de concreto e paredes de alvenaria. Em relação ao cofre não, o cofre era um projeto específico de concreto armado onde existe um projeto para que dificulte a violação desse elemento”, afirma o engenheiro civil Alexandre



Dinheiro foi deixado para trás por quadrilha durante mega-assalto em Ribeirão (Foto:Reprodução/EPTV)

Henriques.

Em janeiro deste ano, a Prosegur confirmou que a unidade foi desativada. A mudança chegou a ser reivindicada pelos vizinhos, que relatavam se sentir inseguros após o ataque sofrido pela empresa em julho do ano passado.

“Normalmente os cofres são projetados assim: Quanto maior a espessura das paredes de concreto, quanto maior o diâmetro das barras de aço utilizado e quanto menor o espaçamento entre essas barras de aço, maior a dificuldade de destruição desse elemento. Então, nesse caso eles utilizaram uma quantidade de explosivo que rompeu praticamente a parede inteira”.

Apesar de todos os cuidados tomados na hora de se construir uma estrutura para proteger os cofres em empresas de valores, o engenheiro afirma que nenhuma armação é completamente impenetrável e sempre há uma maneira de se violar cofres. Além disso, ele explica que é quase impossível de se calcular quanto explosivo é necessário para invadir um cofre.

“Dizem que você só retarda [a ação], todo cofre é violado, mas fazer a conta, de qual bomba vai destruir determinada estrutura isso não é algo exato. Eu acho que o bandido faz um cálculo empírico através dos sucessos e dos insucessos que eles tiveram em outras ações. Eles podem até tentar conhecer aquilo que vão tentar violar, mas acredito que foi muito mais no empirismo. ‘Se no anterior não deu certo, vamos aumentar a quantidade de explosivos’. Essa conta pra mim é empírica, não tem como fazê-la”, finaliza.

O mega-assalto

A ação, na madrugada de 5 de julho, durou cerca de uma hora. A quadrilha bloqueou as ruas de acesso à Avenida Saudade usando veículos

e espalhou pregos pelas vias para dificultar a aproximação da Polícia Militar.

Em seguida, o grupo atirou contra um transformador de energia, deixando 2,2 mil imóveis e as ruas do bairro Campos Elíseos no escuro. Vizinhos da empresa ficaram no meio do fogo cruzado e alguns conseguiram filmar a ação.

Ao todo, 15 veículos foram usados no assalto, sendo que três foram queimados e outros sete abandonados em um canal. Na Rodovia Anhanguera (SP-330), um policial rodoviário foi morto com um tiro na cabeça, durante a fuga da quadrilha.

Um morador de rua de 38 anos que teria sido usado como escudo pelos suspeitos também morreu queimado após o assalto. O homem estava próximo a um dos veículos que foi incendiado pelo grupo.

O diretor do Deinter-3, João Osinski Junior, disse que o grupo estava preparado para enfrentar um batalhão. Segundo o delegado, mais de mil tiros de fuzil foram disparados em 40 minutos contra os policiais.

Os dois primeiros suspeitos foram presos em um resort em Rio Quente (GO), em 15 de julho. Outro homem foi preso no mesmo dia, em Ribeirão. As investigações identificaram mais dois suspeitos, dos quais um foi preso e o outro segue foragido. Em 16 de agosto, mais dois foram presos em São Paulo e Atibaia (SP).

Fonte: G1



Nova sede da Prosegur em Ribeirão foi instalada no Parque Industrial Lagoinha (Foto:Fábio Júnior/EPTV)

No 8 de março, mulheres vão às ruas contra retrocessos

Na próxima quarta-feira, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, trabalhadoras de todo o país irão para às ruas para barrar a reforma da Previdência proposta pelo governo ilegítimo Michel Temer. Com o lema “Aposentadoria fica, Reforma sai”, as CUTistas em parceria com movimentos sociais e populares irão denunciar os prejuízos que as mulheres sofrerão se esta reforma for aprovada.

O projeto de Temer atende a dois grandes propósitos: prolongar ao máximo o acesso e reduzir o valor do benefício.

As mulheres serão as principais afetadas com a proposta que desvincula o salário mínimo do benefício, equipara a a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres e aumenta o tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos. Se quiser receber o benefício integral, a trabalhadora ou o trabalhador terá que contribuir durante 49 anos pelo teto do INSS.

A desigualdade de gênero na sociedade e no mundo do trabalho impacta diretamente na aposentadoria, mas foi ignorada quando as novas regras foram pensadas. As mulheres têm salários menores, trabalham mais, não tem oportunidades de promoção iguais aos dos homens. Além disso, elas estão nos empregos mais precários e ainda são elas, na grande maioria das vezes, as responsáveis pelos cuidados com a família e as tarefas domésticas.

O Presidente Nacional da CUT, Vagner Freitas lembra que além do desmonte da Previdência, outras ameaças vindas de Brasília prejudicarão especialmente as mulheres, como os projetos da reforma trabalhista e a da terceirização sem limites, prestes a serem votados e aprovados no Congresso Nacional.

“A ideia é acabar com suas férias de 30 dias, aumentar sua jornada, ampliar indefinidamente os contratos de trabalho temporário, tirando até os direitos ao FGTS e ao seguro desemprego da classe trabalhadora e regular a terceirização para todas as atividades”, diz Vagner.

Para o dirigente, “o único jeito de barrarmos esses retrocessos é ir para as ruas e praças do país e denunciar o que este governo ilegítimo quer impor para a classe trabalhadora, especialmente às mulheres”, explica.

Para a Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora, Junéia Martins Batista, o dia 8

de março é a principal data de mobilização do calendário feminista e, este ano, em especial. “As CUTistas, dos movimentos sociais e sindicais estão unificadas e vão para rua dizer que são contra as reformas da Previdência e Trabalhista e não vão aceitar a terceirização sem limites, na qual as mulheres serão as mais prejudicadas”, argumenta.

A vice-Presidenta da CUT, Carmen Foro lembra que “as mulheres negras, rurais e as professoras sofrerão ainda mais os impactos dos desmontes que acontecerão se não houver mobilização para retirada destas pautas no Congresso Nacional”. Carmen também convoca todas as mulheres à reagirem contra a Reforma se não quiserem morrer trabalhando. “Nossa luta é histórica, sempre estivemos nas ruas para reivindicar mais direitos e agora nós mulheres temos a tarefa de nos mantermos mobilizadas para não perder direitos duramente conquistados. Temos que barrar o retrocesso que este governo e o Congresso querem nos impor, não podemos deixar que a vida das mulheres seja ainda mais prejudicada. Nenhum direito a menos”, finaliza.

Assembleias das trabalhadoras nos Estados

Junéia também conta que as CUTs farão assembleias das trabalhadoras antes dos atos principais, em conjunto com os movimentos feministas e sociais que acontecerão nos estados. “A ideia é que as mulheres sejam informadas sobre as Reformas que estão sendo apresentadas por este governo ilegítimo e chamar a mulherada para somar-se na luta contra a retirada de direitos”, conta.

As professoras e professores também estarão nas ruas no próximo 8 de março para aprovar em assembleias por todo país uma greve geral por tempo indeterminada da educação para iniciar no próximo dia 15. A reforma da previdência vai atingir diretamente os professores e, especialmente, as professoras, que representam 84% da nossa categoria. A categoria, que exerce uma profissão considerada penosa, perderá a aposentadoria especial e terá que trabalhar por muito mais tempo. “Com as regras da proposta as professoras e professores vão se aposentar depois dos 70 anos, pois os jovens concluem a licenciatura aos 21 ou 22 anos de idade”, complementa a Presidenta da APEOESP, Maria Izabel Azevedo Noronha.

Fonte: CUT

Sob pressão, Maia recua de votar PL que libera terceirização

Em reunião com a CUT e demais centrais sindicais, presidente da Câmara aceita abrir debate com as entidades e consultar Senado sobre o projeto



Novo encontro das centrais sindicais e parlamentares será realizado para debater as alternativas e garantias em relação à terceirização

Na tarde desta segunda-feira (6), em reunião em seu gabinete com a CUT e as demais centrais sindicais, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), se comprometeu em não colocar o PL 4302 em votação nesta terça-feira, como foi ameaçado na semana passada por deputados da base aliada de Temer.

“Queríamos um tempo para amadurecer nosso diálogo interno. O Rodrigo Maia se comprometeu com esse tempo maior, inclusive ele ficou de fazer uma conversa com representantes do Senado para debater o projeto”, afirmou Ari Aloraldo do Nascimento, secretário nacional de Organização e Política Sindical da CUT.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

Segundo o dirigente CUTista, haverá um novo encontro das centrais sindicais e parlamentares para debater as alternativas e garantias em relação à terceirização. A Central tem manifestado que uma liberação plena da terceirização, inclusive para as atividades-fim, poderá significar na prática a destruição de grande parte dos direitos trabalhistas.

“Não haverá votação até acontecer esta reunião com as centrais e os representantes do legislativo e executivo. Em conversa com Michael Temer e Romero Jucá neste sábado, achamos melhor abrir um canal para o diálogo”, declarou o deputado Rodrigo Maia.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF